

Juízes pedem R\$ 7 mil para pagar estudo dos filhos

A presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro enviou para a Assembleia Legislativa um projeto para conceder auxílio-educação para os filhos de juízes e servidores do TJ. Para os magistrados, o auxílio mensal seria de até R\$ 7.250 e para os servidores de até R\$ 3 mil. A proposta ainda prevê R\$ 20 mil por ano aos juízes para investirem em estudo. Os servidores receberiam mais R\$ 500. O auxílio-educação postulado pode chegar a R\$ 9 mil, se passarem os novos vencimentos dos ministros do Supremo (para R\$ 35 mil). A Associação dos Juízes ainda quer mais R\$ 1,1 mil como auxílio-transporte.

Antes das eleições todas essas propostas (nitidamente indecorosas) não serão votadas (porque os deputados estaduais estão em campanha). No ano passado os deputados já aprovaram o auxílio-moradia para magistrados e membros do Ministério Público sem questionamentos. Os valores giram em torno de R\$ 5 mil, segundo desembargadores ouvidos pelo jornal "O Dia".

É uma incongruência manifesta os tribunais afirmarem que não há verbas para contratar novos juízes ou para melhorar o serviço público da Justiça (reconhecidamente moroso) e, ao mesmo tempo, pedirem mais benefícios mensais que driblam o teto salarial dos desembargadores. A proposta auxílio-educação é indecorosa em todos os seus aspectos, mas existe no seu seio outra aberração inominável, que faria corar qualquer aristocrata racista: o valor distinto para magistrados e servidores significa o quê? Que o filho do magistrado tem que estudar em um lugar melhor do que o do servidor, fazendo preponderar a histórica desigualdade de classes? No tempo do Brasil colonial e imperial o sonho de todo fidalgo era colocar o filho na "folha do Estado". Esse sonho cultural não acabou; a diferença é que agora já se pretende que o filho vá para a "folha do

Estado" desde o jardim da infância.

Depois de alguns anos de vida e de muitos estudos, nada mais natural que os humanos conquistarem incontáveis e díspares ideias e visões do mundo (Weltanschauung). Para transformá-las em algo valioso e útil na vida terrena, antes de tudo devemos combiná-las e submetê-las à moral e às virtudes. A primeira categoria a se dissipar, diante desse acurado exame, é a da vulgaridade (todo esforço do mundo para contê-la será pouco diante dos nefastos efeitos que ela produz ao longo das nossas transitórias existências). Sobretudo quando governamos interesses coletivos, não há como deixar de cultivar a moral e as virtudes, não somente porque dos dirigentes sempre se espera exemplaridade, senão também

porque são elas que conferem ao espírito o senso do justo em sua mais profunda extensão e ao caráter a devida elevação assim como a necessária firmeza.

Todos os humanos que assumem o destino das coisas públicas, incluindo os juízes, evidentemente (sobremaneira quando assumem cargos administrativos de governança), deveriam ser obrigados a se submeterem a um curso intensivo, se não de geometria (como postulava

o espírito exigente de Platão), ao menos de moderação, tal como pugnava Aristóteles, para afiar a personalidade do administrador e distanciá-lo dos vícios mais deploráveis que podem rondar o exercício do poder, nutrindo sua alma e seu espírito de um conteúdo substancialmente sólido (apesar da sociedade líquida que vivemos, como diz Bauman), de forma a evitar-lhe ao menos os deslizos mais canhestros ou as tentações mais extravagantes, tal como sugeria Stuart Mill).

66 *É uma incongruência os tribunais afirmarem que não há verbas para contratar novos juízes e pedirem mais benefícios mensais*

LUIZ FLÁVIO GOMES

é jurista em São Paulo e diretor-presidente do Instituto Avante Brasil

25 SET 2014

FOLHA DE LONDRINA

Belinati é condenado

a ressarcir erário

**Ex-prefeito
de Londrina
pagou
motorista
particular
com dinheiro
público, diz
sentença;
defesa vai
recorrer**

Loriane Comeli
Reportagem Local

O ex-prefeito de Londrina Antonio Belinati (PP) foi condenado a ressarcir os cofres da Prefeitura de Londrina por pagar, com dinheiro público, motorista que de fato prestava serviços particulares a ele e a sua família. A decisão, com data de anteontem, é do juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública, Marcos José Vieira. O dano, conforme a sentença, foi de R\$ 119 mil, e também deve ser suportado pelo então presidente da Sercomtel, Rubens Pavan, onde estava lotado o motorista, e o próprio trabalhador, Sérgio Massaroto.

De acordo com a decisão, Belinati prometeu, na campanha de 1996, que daria um cargo público a Massaroto – que trabalhou para o pepista naquele pleito. Em novembro de 1997, o motorista foi

nomeado como auxiliar de gabinete da presidência da telefônica. Em março de 1998, foi transferido para a então Companhia de Trânsito e Urbanização (a extinta Comurb), onde permaneceu até novembro de 2000. Porém, em nenhum dos dois órgãos desempenhava função pública.

Em depoimento ao Ministério Público (antes do ajuizamento da ação), Massaroto admitiu que “atendeu várias situações particulares do prefeito Belinati, como por exemplo, levar familiares deste em viagem à praia; que levou Cintia Belinati (filha do ex-prefeito) várias vezes juntamente com filhos e amigos para a praia de Caio-bá; que também atendia o filho do prefeito Belinati em deslocamentos durante a campanha eleitoral de 1998”. Perante o juiz, retratou-se, negando que trabalhasse para a família do político.

Mas, o magistrado entendeu que a primeira versão do motorista era a verdadeira, já que em ação trabalhista contra a Sercomtel admitiu que “em média fazia uma viagem a cada 15 dias para Curitiba conduzindo o prefeito municipal; que durante dois meses no final da campanha eleitoral do ano de 1998 trabalhou na campanha de Antonio Carlos Belinati”.

O ex-presidente da Comurb Kakunen Kyosen também é réu, mas, o juiz o absolveu argumentando que não há provas de sua participação. O Ministério Público

não pediu a condenação dos réus por improbidade – conduta prescrita, já que a ação foi proposta em 2011.

A advogada de Massaroto e o defensor de Pavan disseram que não foram intimados e não comentariam a decisão, da qual cabe recurso. Já o advogado de Belinati, Antonio Carlos Vianna, sustenta que houve prestação de serviços públicos. “O motorista trabalhou. Se houver ressarcimento, haverá enriquecimento indevido da administração pública”, alegou, afirmando que irá recorrer.

Ele também reclamou do posicionamento do juiz da 1ª Vara da Fazenda. Disse que já pediu o afastamento dele dos casos em que Belinati é réu, o que foi negado pelo Tribunal de Justiça (TJ). “Vou ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) e ao CNJ (Conselho Nacional de Justiça) lutar para afastá-lo.” Segundo Vianna, o fato de o juiz, em processo anterior, ter afirmado em sentença que “Belinati organizou e chefiou uma verdadeira quadrilha” o torna parcial. A defesa do ex-prefeito Barbosa Neto (PDT) também já tentou medida semelhante contra o mesmo juiz, mas, até agora, sem sucesso.

25 SET 2014

FOLHA DE LONDRINA

Homicídios culposos diminuem 14% no trânsito no Paraná

No primeiro semestre deste ano foram 845 mortes, contra 988 no mesmo período de 2013

Lucio Flávio Cruz

Reportagem Local

Londrina – O número de homicídios culposos no trânsito do Paraná diminuiu 14% no primeiro semestre deste ano comparado com o mesmo período de 2013. De acordo com a Secretaria de Segurança Pública (Sesp), nos seis primeiros meses de 2014 foram 845 mortes, contra 988 no ano passado.

O homicídio culposo, quando não há intenção de matar, é tratado no artigo 302 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), que prevê detenção de dois a quatro anos e suspensão da habilitação. A pena pode ser aumentada de um terço à metade, se o condutor não possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH), deixar de prestar socorro à vítima ou estiver conduzindo veículo de transporte de passageiros.

Para Juan Ramon Franco, coordenador de Educação para o Trânsito do Departamento de Trânsito do Paraná (Detran), a diminuição de óbitos não é motivo para comemoração, já que os números ainda são altos. Ele ressalta, no entanto, que algumas

medidas têm contribuído para os novos índices. “As ações de fiscalização têm aumentado, sobretudo em relação ao consumo de álcool aliado à direção. E também educativas, como os programas ‘Se Beber, Não Dirija’ e do ‘Motorista da Vez’”, enumerou.

Segundo Franco, esse tipo de trabalho leva tempo para surtir o efeito desejado, mas alguns números mostram que o caminho está correto. “Há dez anos tínhamos cinco mil atropelamentos por ano. Hoje esse número caiu para 3,7 mil”, frisou.

O delegado Cássio Wzorek, que comanda a Delegacia de Trânsito em Londrina, aponta que o excesso de velocidade e a embriaguez são as principais causas dos acidentes com mortes. “A legislação hoje é mais rígida em termos de punição e uma amostra é que os números de autuações aumentaram. Mas, infelizmente, as violações continuam em virtude da falta de educação dos nossos motoristas”, alfinetou o delegado.

Para o coordenador do Detran, a legislação de trânsito peca por ainda abrir espaço para a impunidade. “Muitos motoristas ainda se livram pelas brechas encontradas no

CTB. É preciso reduzir a impunidade para aumentar o temor entre os motoristas infratores”, apontou.

O comandante da 2ª Companhia da Polícia Rodoviária Estadual (PRE), tenente Alessandro Luis Wolski, informa que a corporação tem intensificado as abordagens e blitzes nos trechos mais perigosos e ainda utilizado radares. “A maioria dos acidentes acontece em trechos de retas e nos horários de maior fluxo. A fiscalização in loco nos pontos mais críticos já faz os motoristas diminuírem a velocidade e dirigirem com mais atenção”, frisou. A 2ª Cia fiscaliza 2,5 mil quilômetros de rodovias que passam por 96 municípios do Norte do Paraná.

Em Londrina, 73 pessoas já morreram este ano vítimas de acidentes de trânsito, sendo 16 por atropelamento. O acidente grave mais recente ocorreu no domingo, quando o policial militar Levi Carneiro, de 29 anos, morreu após uma colisão na Avenida Brasília. A condutora envolvida no desastre foi autuada em flagrante, pois estaria embriagada e teria passado no sinal vermelho.

25 SET 2014

FOLHA DE LONDRINA

Justiça homologa primeira colaboração da Lava Jato

Réu beneficiado é apontado pelo MPF como um dos operadores do mercado paralelo de câmbio comandado por doleira

Hubens Chueire Jr.
Reportagem Local

Curitiba - A Justiça Federal do Paraná homologou ontem o primeiro acordo de colaboração dentro da Operação Lava Jato. A homologação se deu em favor de Luccas Pace Junior, réu na ação penal que trata de lavagem de dinheiro e evasão de divisas realizadas sob o comando da doleira Nelma Kodama. Ele é apontado pela investigação como um dos operadores do mercado paralelo de câmbio comandado pela doleira, e executor das transações cambiais fraudulentas. Conforme o Ministério Público Federal (MPF), os réus deste processo

teriam, entre maio e novembro de 2013, promovido a evasão fraudulenta de US\$ 5,2 milhões por meio de 91 contratos de câmbio para pagamentos de importações fictícias.

O acordo foi oficialmente reconhecido pelo juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba, em despacho publicado ontem. "Em síntese, como subordinado da suposta doleira Nelma Mitsue Penasso Kodama, foi acusado da prática de crimes financeiros, de lavagem de dinheiro e de associação criminosa. Foi celebrado entre ele, devidamente assistido pelo defensor, e o MPF acordo de colaboração premiada nos moldes dos art. 4º e 6º da Lei 12.850/2013. O acordo foi

apresentado a este Juízo em 23/09/14, e homologado judicialmente na presente data", registrou na decisão.

Luccas foi o primeiro réu da Lava Jato a querer colaborar com a Polícia Federal (PF) e com a força-tarefa do MPF. Seu primeiro depoimento à PF ocorreu no dia 13 de junho, quando ainda estava preso na carceragem do órgão, em Curitiba. Ele ficou preso entre 17 de março e 9 de julho, quando teve o alvará de soltura expedido pela Justiça. Luccas sempre trabalhou no mercado financeiro e, por 32 anos, atuou em bancos. Também foi sócio de uma corretora e proprietário de uma importadora antes de começar a atuar com o grupo de Nelma, há pelo menos oito anos.

66

Ele prestou diversos esclarecimentos que podem ter desdobramentos futuramente"

CONTINUA

25 SET 2014

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

DEFESA

O advogado de Luccas, Ricardo Rigotti Alice, informou que o acordo foi positivo para seu cliente e também para o MPF. A partir das informações prestadas pelo réu, o MPF deve ter instrumento para abrir outros processos com novos personagens envolvidos em lavagem de dinheiro. Pelo acordo fechado, Luccas deverá cumprir pena em regime aberto e pagar uma multa de valor mais baixo. Entretanto ele só terá acesso a esses benefícios se a continuidade das investigações comprovar o que foi repassado de informações. "Agora esperamos que o juiz reconheça a colaboração ao pronunciar a sentença. Ele colaborou prestando depoimentos e repassando informações que, devido ao sigilo previsto em lei, não podem ser divulgados. Mas ele prestou diversos esclarecimentos que podem ter desdobramentos futuramente", ressaltou.

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Paralisação de servidores

Servidores da Justiça Federal do Paraná e do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Estado paralisaram ontem suas atividades durante 24 horas. A mobilização ocorreu simultaneamente em vários Estados brasileiros, para pedir agilidade na aprovação de um projeto de lei que repõe as perdas salariais dos profissionais. Tanto a assessoria de imprensa da Justiça Federal como a do TRE, porém, informaram que a população paranaense não foi prejudicada.

25 SET 2014

Ato em frente ao TRE

Segundo o coordenador geral do Sinjuspar (Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e Eleitoral do Paraná), Paulo Cezar Silva dos Santos, o movimento estadual se deu principalmente em Curitiba, onde mais de 300 trabalhadores realizaram um ato em frente à sede do TRE. Houve focos também em Paranaguá, Ponta Grossa, Francisco Beltrão, Umuarama, Apucarana e Xambê. Já em Londrina, as atividades se concentraram na Justiça Federal.

MAZZA

Melhora

Redução de 14% nos homicídios culposos talvez seja decorrente das campanhas genéricas e também da aplicação do conceito preterintencional, delitos que têm dolo no antecedente (ao assumir essa possibilidade como o motorista que dirige alcoolizado e em alta velocidade) e culpa no consequente.

AGENDA

Violência doméstica

Londrina - Estão abertas as inscrições para o 2º Seminário de Prevenção da Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes (VDCA): A percepção do fenômeno no ambiente escolar. Os interessados podem fazer a inscrição on-line até o dia 21, no site <http://goo.gl/DZWks2>. O seminário será realizado dia 23 de outubro, das 8 às 12 horas e das 14 às 18 horas, na Sala de Projeção do Laboratório de Tecnologia Educacional Labted (sala 143 - 2º andar), no CCH. Informações pelo site www.uel.br/labted ou pelo fone (43) 3371-4518.

MILITÃO

O aborto e suas consequências!

Mais uma mulher pobre morreu, no Rio de Janeiro, vítima da tentativa de sofrer aborto que consentiu. O aborto clandestino continua no Brasil. Hora do País resolver esse trágico problema. Por enquanto, abortar seria como que legalizar o crime, pois é um assassinato de criança. Os que defendem a legalização, lembram que o estado brasileiro é laico, e, portanto, deveria facilitar a laqueadura. E também o estado deve sim ensinar desde o ensino médio, métodos contraceptivos nas escolas.

● As mulheres sofrem muito, pois ficam estressadas quando trabalham e ficam com medo de perder o emprego, por causa de gravidez.

25 SET 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Conselheira pede compromisso dos magistrados para reduzir estoque de processos

A conselheira Maria Cristina Peduzzi, que preside a Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), defendeu, nesta terça-feira (23/9), que os magistrados assumam o compromisso de julgar a cada ano mais processos que a quantidade de recebidos. Segundo a ministra, essa deve ser a principal meta a ser observada por cada juiz para melhorar os índices de desempenho do Poder Judiciário.

“Essa é meta permanente. Os juízes têm de assumir esse compromisso de julgar mais processos do que entram”, disse a conselheira. A afirmação foi feita em entrevista coletiva realizada na sede do Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília/DF, logo após a divulgação do Relatório Justiça em Números 2014.

Segundo o relatório, 28,3 milhões de novos processos

ingressaram no Judiciário no ano de 2013. Já o número de baixados foi de 27,7 milhões. No total, tramitaram 95,14 milhões de ações em 2013.

De acordo com a conselheira, a existência de dados estatísticos anuais sobre o funcionamento dos tribunais tem tornado possível a identificação precisa dos gargalos e a adoção de medidas que possam melhorar a gestão dos tribunais.

“Todo ano são tomadas providências e estabelecidas metas em função desses dados estatísticos”, explicou a conselheira. Peduzzi reconheceu que os problemas do Poder Judiciário ainda não foram resolvidos, mas acredita que foram amenizados. “Se não tivéssemos esses dados estatísticos, hoje estaríamos afogados, porque muitas providências foram tomadas em função deles. Estamos nos mantendo, apesar do aumento da demanda”, explicou.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO, LEWANDOWSKI ASSINA ACORDOS

No segundo dia em que compareceu ao Palácio do Planalto como presidente da República em exercício, Ricardo Lewandowski assinou acordos internacionais e a aposentadoria de quatro magistrados. Na segunda-feira, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) assumiu a presidência da República no lugar de Dilma Rousseff, que retorna na noite de hoje ao Brasil, após participar da 69ª Assembleia Geral das Nações Unidas.

MENDES CRITICA DECISÃO SOBRE CANDIDATURA DE MALUF

O vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Gilmar Mendes, criticou hoje (24) a decisão da Corte que manteve indeferida a candidatura de Paulo Maluf (PP) para deputado federal com base na Lei da Ficha Limpa, que impede o registro de candidatos condenados pela segunda instância da Justiça. Segundo o ministro, falta preparo do tribunal para enfrentar pressões. Ele também sugeriu a mudança na composição do TSE.

25 SET 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Homicídios culposos no trânsito caem 14% no Paraná

O Paraná registrou queda de 14% no número de homicídios culposos (sem intenção de matar) no trânsito, na comparação entre o primeiro semestre de 2014 em relação ao mesmo período de 2013. Dados da Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) mostram que no primeiro semestre deste ano foram 845 mortes, contra 988 no ano passado.

“As mortes no trânsito geralmente ocorrem devido a condutas negligentes, imprudentes ou imperitas dos motoristas. São acidentes fatais que poderiam ser evitados com respeito e atenção”, ressalta o diretor-geral do Detran, Marcos Traad.

De acordo com delegado da Delegacia de Delitos de Trânsito, Vinicius Augustus de Carvalho, existem algumas posturas que são mais frequentes no trânsito e acabam resultando em mortes. “O excesso de velocidade, embriaguez, falta de atenção são os fatores mais comum. O crime, portanto, pode ocorrer em vias públicas ou privadas, bastando que seja praticado em um veículo automotor”.

No Paraná, os homens continuam sendo os que mais se envolvem em homicídios culposos no trânsito, de acordo com o último levantamento da Sesp, realizado de janeiro a junho de 2014. Das 845 mortes, os homens representaram 54% do total, enquanto as mulheres foram 13%. Em cerca de 33% dos acidentes fatais, o sexo não foi informado no registro de ocorrência.

25 SET 2014

GAZETA DO POVO

Cai o número de homicídios culposos no trânsito no Paraná

Entre o primeiro semestre de 2013 e o mesmo período deste ano, queda foi de 14%, segundo o Detran-PR.

Dado não revela, porém, nenhuma tendência

*Lucas Gabriel Marins,
especial para a Gazeta do Povo*

Um levantamento do Detran-PR a partir de dados da Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) mostra uma queda de 14% no número de homicídios culposos (sem intenção de matar) no trânsito do Paraná no primeiro semestre deste ano em comparação ao mesmo período de 2013. Os casos caíram de 988 para 845.

Para o presidente da Comissão de Trânsito da Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná (OAB-PR), Marcelo Araújo, a queda pode ser resultado de estratégias adotadas por órgãos de todas as esferas governamentais. "A divulgação, as campanhas, a fiscalização e a questão da lei seca, que tem recebido uma atenção especial, colaboram com a queda", exemplifica.

Entre os primeiros seis

meses de 2012 e o mesmo período de 2013 também houve uma diminuição no número de homicídios culposos no trânsito: de 1.220 casos para 990. Para o advogado especialista em trânsito Reginaldo Koga, essa queda também pode estar relacionada à alta na frota. "Com a quantidade de carros aumentando, o trânsito fica muito mais congestionado e, conseqüentemente, mais lento, o que faz com que os motoristas diminuam a velocidade", comenta o advogado. Em 2013, o Paraná tinha 6,16 milhões de veículos. Segundo o Detran-PR, a frota do estado tem crescimento médio de 7% ao ano.

A queda nos casos, no entanto, não pode ser vista como uma tendência, já que os dados da Sesp só levam em consideração as vítimas que morreram na hora. "Quando a pessoa entra em óbito no hospital, ela não entra na estatística", diz Koga.

O especialista também aponta a Copa do Mundo como motivo para o declínio no número de homicídios no trânsito. "Em 2014 tivemos um ano atípico porque ocorreram vários dias de recesso por causa do Mundial", conta. Além do evento, em junho Curitiba também foi palco da greve de ônibus, o que colocou mais veículos na rua.

Os homens, segundo o levantamento, são as principais vítimas desse tipo de crime. Das 845 mortes registradas no primeiro semestre deste ano, 54% são do sexo masculino e 13% são de mulheres. Em 33% dos casos, o sexo das vítimas não foi identificado nos registros.

Comportamento

O delegado da Delegacia de Delitos de Trânsito, Vinicius Augustus de Carvalho, aponta três posturas que mais geram mortes no trânsito. "O excesso de velocidade, a embriaguez e a falta de atenção são os fatores mais comuns", diz.

CONTINUA

25 SET 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Pedestres e celulares

A Secretaria de Segurança Pública não tem dados sobre quantos dos casos classificados como homicídios culposos no estado envolveram pedestres — a principal figura da Semana Nacional de Trânsito, que começou no dia 18 e termina hoje, Dia Nacional do Trânsito.

Segundo pesquisa do Seguro Dpvat, 43 pedestres morrem em acidentes todos os dias no país. Para Reginaldo Koga, o número de casos é decorrente da falta de atenção. “Hoje, o fato de usarmos muitos smartphones nos distrai e acaba facilitando os acidentes”, conta. Para alertar a população sobre o tema, o governo federal lançou, nesta semana, um vídeo que mostra, justamente, uma mulher sendo atropelada porque se distrai falando ao telefone.

“Com a quantidade de carros aumentando, o trânsito fica muito mais congestionado e, conseqüentemente, mais lento, o que faz com que os motoristas diminuam a velocidade.”

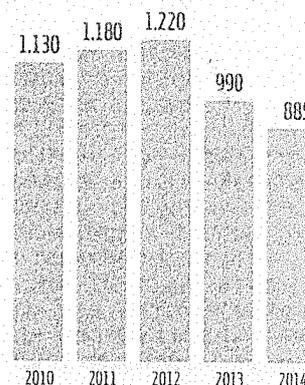
Reginaldo Koga, advogado especialista em trânsito.

PUNIÇÃO

O homicídio culposo no trânsito, previsto no Art. 302 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), prevê suspensão da habilitação e detenção de 2 a 4 anos. O que o caracteriza é a presença de um veículo automotor. É diferente do crime de homicídio culposo previsto pelo Art. 121 do Código Penal Brasileiro (CPB), que dá reclusão de 6 a 20 anos.

MORTES

Confira quantos casos de homicídios culposos ocorreram nos primeiros semestres de 2010 a 2014 no estado:



Fonte: Sesp.
Infografia: Gazeta do Povo.

25 SET 2014

GAZETA DO POVO

Delegacia superlotada abriga até tuberculosos

Em vistoria no 11.º Distrito, na CIC, comissão da OAB encontrou 161 presos onde caberiam 38, além de celas úmidas e sem ventilação



“Eles têm de se revezar para dormir. Enquanto dormem 20 no chão, dez ficam em pé. E não tem colchão ou cama. Tem que dormir no chão.”

Isabel Kugler Mendes, integrante da Comissão de Direitos Humanos da OAB.

Rodrigo Batista

■ Após uma vistoria realizada na carceragem do 11.º Distrito Policial (DP) de Curitiba, na CIC, a Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) constatou a permanência de presos em situação de risco e insalubridade. Além de serem 161 detentos em um espaço para 38, a comissão encontrou seis presos tuberculosos, um cadeirante e um homossexual — que teria sofrido ameaças dos demais detentos.

Os advogados encontraram celas sem ventilação, com umidade e sem estruturas para manter um alto número de presos. Algumas tiveram os beliches retirados para abrigar mais detentos. Nessas, há 30 pessoas amon-

toadas em espaço onde não caberiam mais de dez, segundo a advogada Isabel Kugler Mendes, membro da comissão. “Eles têm de se revezar para dormir. Enquanto dormem 20 no chão, dez ficam em pé. E não tem colchão ou cama. Tem que dormir no chão.”

Oito presos estão em situação mais preocupante. Seis deles estão com tuberculose. “Um deles está escarrando sangue”, diz Isabel. Outro preso é cadeirante e não tem condições de ser atendido no local. “Os outros têm que levá-lo e segurá-lo para que ele possa fazer as necessidades”, conta. Por último, é um detento homossexual, que estaria sob ameaças dos demais. Há ainda 23 detentos que já foram condenados e deveriam estar no sistema penitenciário.

A comissão devem enviar um relatório às autoridades pedindo providências, inclusive a retirada do preso homossexual. Em tese, o 11.º DP é o único distrito da capital que deve abrigar detentos, servindo como centro de triagem provisório.

CONTINUA

25 SET 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Sem vagas

Segundo a Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (Seju), há a possibilidade de os presos debilitados por causa de tuberculose e do preso cadeirante serem transferidos para o Complexo Médico Penal em Pinhais. A unidade tem capacidade para 659 presos, mas está com 643. A transferência depende, entretanto, de decisão do comitê de transferência de presos da capital.

Sobre a superlotação e a transferência de 23 condenados, a Seju argumenta que a destruição na Penitenciária Estadual de Cascavel durante a rebelião no fim de agosto e o motim na Penitenciária de Cruzeiro do Oeste, neste mês, teriam limitado as vagas no sistema prisional do estado. Isso ocasionou problemas nas transferências de detentos com mandado de prisão. A Seju aguarda até outubro a liberação de tornozeleiras eletrônicas, que devem resolver o problema da falta de vagas.

A Polícia Civil diz que a carceragem do 11.º DP deve passar por obras, mas não há previsão de quando elas terão início.

25 SET 2014

GAZETA DO POVO

6 dos 24 deputados que tentam se reeleger são citados na Justiça ou no TC

Maioria dos processos que os parlamentares do Paraná respondem ou responderam é de irregularidades em contas públicas

*Laura Beal Bordin,
especial para a Gazeta do Povo*

Dos 30 deputados federais do Paraná, 24 buscam neste ano a reeleição. E, desses, seis são citados em algum tipo de inquérito ou processo na Justiça ou Tribunais de Contas (TCs): Alfredo Kaefer (PSDB), Dilceu Sperafico (PP), Fernando Giacobbo (PR), João Arruda (PMDB), Leopoldo Meyer (PSB) e Hidekazu Takayama (PSC). O levantamento foi realizado com base no projeto Excelências, da ONG Transparência Brasil. A grande maioria dos processos diz respeito a irregularidades nas contas públicas, em sua maioria quando os parlamentares ocuparam cargos antes de se eleger para a Câmara Federal.

Kaefer é citado em três inquéritos que apuram crimes eleitorais (abertos em 2007) e crimes contra o patrimônio e de ordem tributária (de 2013). Sperafico é réu de ação penal movida pelo Ministério Público

Federal (MPF) por apropriação indébita em 2007. Também é citado em outros dois inquéritos, movidos pelo MPF em 2013, por crime de peculato (apropriação de recursos ou bens públicos). Giacobbo é citado em um inquérito de 2008 que investiga crimes contra a ordem tributária. João Arruda foi condenado por homicídio culposo (não intencional) em acidente de trânsito e condenado a prestar serviços à comunidade. Leopoldo Meyer foi condenado pelo Tribunal de Contas do Paraná (TC-PR) em 2013 a pagar multa por contratação sem licitação prévia enquanto era prefeito de São José dos Pinhais e pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PR) por veiculação de propaganda institucional irregular. Já Takayama é réu de ação penal que investiga crimes contra a ordem tributária, estelionato e peculato.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

25 SET 2014



Dilceu Sperafico.



Alfredo Kaefer.



Fernando Giacobbo.



João Arruda.



Leopoldo Meyer.



Hidekazu Takayama.

OUTROLADO

Parlamentares negam ter cometido irregularidades

Os seis deputados federais do Paraná que respondem ou responderam a processos na Justiça ou no TC foram procurados. O único que não respondeu foi João Arruda. Os demais negaram que tenham cometido irregularidades. Dilceu Sperafico se justificou afirmando que dois dos inquéritos por peculato ainda não foram aceitos pela Justiça e que a ação penal por apropriação indébita deve ser arquivada em breve, faltando apenas a assinatura de um juiz. Giacobbo (PR) afirmou que o inquérito que investiga sonegação fiscal no Supremo Tribunal Federal (STF) já deveria ter sido arquivado. Ele argumenta que provou, há um ano e meio no conselho do contribuinte, que sua empresa não sonegou impostos. O deputado também afirmou que não sofre a processo

algun por sua atividade parlamentar e que já solicitou que o inquérito seja retirado do site do STF, pois o arquivamento do caso só depende da assinatura do ministro Celso de Melo. Alfredo Kaefer, alvo de três inquéritos no STF (por crimes eleitorais, contra o patrimônio e ordem tributária) afirmou que espera que os casos sejam arquivados em breve. Ele justificou, sobre os crimes eleitorais, que as denúncias são falsas e que foram feitas por adversários políticos. Sobre o crime contra ordem tributária, Kaefer afirma que o inquérito surgiu por um procedimento equivocada da Receita. Sobre o último inquérito, que apura crime contra o patrimônio público, o deputado afirma que que, quando for intimado, apresentará os documentos que comprovariam a regularidade da situação. Ele disse esperar que o processo seja arquivado. Leopoldo Meyer en-

viou por meio de sua advogada uma nota em que contesta a aparição de seu nome na lista dos deputados com alguma ação em tramitação. Em ação administrativa no Tribunal de Contas do Paraná (TC), o deputado foi condenado a pagar multa por contratação de funcionários da saúde sem licitação quando era prefeito de São José dos Pinhais. De acordo com a defesa do deputado, a contratação foi regular, em regime de urgência, e a multa teria sido mal aplicada. O deputado entrou com recurso, que não foi aceito. Mas o parlamentar recorreu novamente da multa. A assessoria do deputado Takayama informou que 14 testemunhas já foram ouvidas na ação penal que envolve o parlamentar e que nenhuma confirmou qualquer desvio ou apropriação de verbas públicas e que o deputado confia em sua absolvição. O processo corre em segredo de Justiça.

25 SET 2014

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

Judiciário

Sobre a matéria "Judiciário aumenta gastos, mas segue congestionado" (**Gazeta**, 24/9), não adianta contratar mais funcionários e mesmo juízes (embora precisemos de mais juízes), pois o principal problema está no funcionalismo. Não estou dizendo que os funcionários do Judiciário são ruins; não são, pelo contrário, são muito bons. O que ocorre – e em toda a administração pública é assim – é a morosidade. Mas, se um juiz passar a ganhar por produtividade, por exemplo, teremos um Judiciário mais célere.

Flávio Augusto Vieira

Auxílio-moradia 1

Sobre o editorial "Auxílio-moradia e corporativismo" (**Gazeta**, 22/9), o auxílio revela mais uma faceta do nosso glorioso Estado brasileiro clientelista. Caberia ao povo manifestar-se por meio de uma ampla mobilização social contra a manutenção desse privilégio que é uma herança colonial. O Congresso Nacional – a casa do povo na estrutura do Estado –, em caráter de urgência, deveria votar uma lei extinguindo esses auxílios. Onde estão nossos senadores e deputados, o que eles pensam sobre esse privilégio?

José Luciano Ferreira de Almeida

Auxílio-moradia 2

Isso é mais um absurdo. Os juízes já iniciam a carreira com vencimentos muito acima da média mundial. Já são extremamente privilegiados. Agora, com mais esse "liberou geral", fica realmente difícil acreditar na imparcialidade e idoneidade dos juízes que julgam a vida de milhões de brasileiros.

Edemilson Penha

25 SET 2014

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

COLUNA

Inspeção 1

Trata-se de uma inspeção rotineira e não de uma correção o que veio fazer em Curitiba uma equipe da Corregedoria Nacional do Ministério Público, segundo informa uma nota expedida pelo Ministério Público Estadual encaminhada a esta coluna. A inspeção já estava prevista no calendário e obedeceu à sequência de outras já realizadas em outros estados, abrangendo também os ministérios públicos Federal, do Trabalho e Militar.

Inspeção 2

Logo, diz a nota do MP Estadual, a inspeção não foi motivada por eventuais representações de reclamantes levadas ao órgão de fiscalização externa da Procuradoria da República. Não faz referência, contudo, a outros aspectos focados por esta coluna na edição da última terça-feira, tal como a morosidade com que tramitam alguns feitos nas diversas promotorias e especializadas e que, na opinião de juristas e outros interessados, é um dos fatores que retardam o trâmite de processos importantes, principalmente quando envolvem figuras públicas proeminentes.

STF autoriza a venda de itens de conveniência em farmácias

O plenário do STF julgou improcedentes ações do Ministério Público Federal que tentavam barrar a comercialização de artigos de conveniência em farmácias e drogarias de quatro estados: Ceará, Amazonas, São Paulo e Piauí e do Distrito Federal. Os ministros aplicaram o mesmo entendimento de ação semelhante julgada no fim de agosto sobre legislação do Acre. O entendimento também havia sido estendido a Minas, Rio e Roraima. A Procuradoria-Geral sustentava que cabe apenas à União legislar sobre normas de proteção à saúde. O ministro Marco Aurélio Mello apontou que a lei que permite a venda de produtos de conveniência não trata de saúde, mas de comércio. Portanto, não invade competência da União.

25 SET 2014

GAZETA DO POVO

INTERINO

Na Presidência, Lewandowski assina acordos internacionais

▮ Presidente interino da República, Ricardo Lewandowski assinou ontem a aposentadoria de quatro desembargadores e a promulgação de quatro acordos internacionais. Da mesa da presidente Dilma Rousseff, Lewandowski, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), assinou a aposentadoria dos desembargadores Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti, Marcos Antônio Palacio, Sônia Lima França e Odete de Almeida Alves. Ele também assinou dois acordos de transferência de condenados em países do Mercosul e em Angola. Os acordos estabelecem que um brasileiro condenado em um desses países possa cumprir a pena no Brasil. A medida vale também para estrangeiros condenados no Brasil. Lewandowski assumiu a Presidência na terça-feira porque a presidente Dilma Rousseff viajou a Nova York, nos Estados Unidos, para participar da abertura da Assembleia-Geral da ONU. O vice, Michel Temer, está no Uruguai.

Barbosa usa Twitter para pedir redução nas tarifas de telefone

▮ O ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) Joaquim Barbosa postou ontem mensagens no Twitter dando uma sugestão aos presidentes: que prometam uma "redução drástica" das tarifas de telefonia. De acordo com Barbosa, nos Estados Unidos, na Argentina e na União Europeia há uma tarifa única, nacional, para celulares, evitando a cobrança de interurbanos. "Por que não aqui? Engodo", postou. No Brasil, a tarifa de interurbano varia de acordo com a distância entre as cidades e, também, os valores podem variar de uma companhia para outra. "Meu sonho: termos dirigentes que saibam o efeito profundo que a educação disseminada e de qualidade tem sobre o desenvolvimento de um país", escreveu Barbosa. Ele ainda divulgou que seu nome no perfil de Facebook agora é "Joaquim Gomes".

25 SET 2014

GAZETA DO POVO

Servidores da Justiça fazem protesto

Cerca de 300 servidores da Justiça Federal do Paraná e do Tribunal Regional Eleitoral do estado (TRE-PR) fizeram um protesto ontem à tarde em frente à sede do TRE, no

bairro do Parolin, em Curitiba. Eles reivindicam a aprovação de uma lei nacional para reajustar os salários, segundo o Sindicato dos Servidores da Justiça Federal e Eleitoral do Paraná (Sinjuspar). A assessoria do TRE informou que nenhuma atividade foi interrompida. Movimentos semelhantes ocorrem em frente às subseções eleitorais de Paranaguá, Londrina,

Apucarana, Beltrão, União da Vitória e Umuarama, segundo o Sinjuspar.

A paralisação é para pressionar pela recomposição das perdas inflacionárias sobre os salários desde 2006. A classe quer a aprovação do projeto de lei 7920/2014, que altera a tabela de vencimentos das carreiras dos servidores do poder judiciário federal, eleitoral, trabalhista e militar.

Central do TRE tira dúvidas do eleitor

Luan Galani

Começa a funcionar hoje a Central de Atendimento ao Eleitor do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), um serviço para tirar dúvidas a respeito das eleições deste ano. O serviço funcionará das 9 às 19 horas em dias de semana e das 13 às 17 horas nos sábados e domingos. No fim de semana das eleições o serviço telefônico funcionará das 9 às 17 horas no sábado (dia 4) e

das 7 às 17 horas no domingo (dia 5).

Segundo o TRE-PR, o serviço é um tira-dúvidas de questões voltadas ao eleitor, como local de votação e justificativa eleitoral, por exemplo. O tribunal destaca, porém, que nenhum tipo de denúncia poderá ser registrado pela central.

Quem observar qualquer irregularidade eleitoral pode registrar denúncia na zona eleitoral de sua cidade ou via e-mail. É preciso acessar o site tre-pr.jus.br, selecionar a opção denúncia, preencher os campos e enviar.

Serviço

Contato da Central de Atendimento ao Eleitor: (41) 3072-4840.

25 SET 2014

GAZETA DO POVO

Youssef assina acordo de delação premiada

Katna Baran e
Kelli Kadanus, com agências

O doleiro londrinense Alberto Youssef assinou ontem um acordo de delação premiada com o Ministério Público Federal (MPF) em troca de benefícios da Justiça. Segundo informações das agências de notícias, Youssef passou o dia na sede do MPF em Curitiba, onde já prestou o primeiro depoimento. O acordo foi assinado um dia após a defesa revelar que o doleiro tinha essa pretensão, mas só será homologado pela Justiça se ficar comprovada a veracidade das informações que ele fornecer nos depoimentos.

O advogado do doleiro, Antônio Figueiredo Basto, no entanto, negou que o acordo tenha sido fechado e que Youssef tenha prestado depoimento. "Posso assegurar que não houve acordo. Alguém está querendo criar um fato", disse. "Esse não é um processo comum, ele envolve inúmeros interesses. O tumulto nesse processo interessa a muita gente", completou. O advogado afirma que, se houver acordo, deve ser firmado apenas na próxima semana.

Também ontem, o juiz da 13ª Vara Federal de Curitiba Sergio Moro, responsável pe-

"Esse não é um processo comum, ele envolve inúmeros interesses. O tumulto nesse processo interessa a muita gente."

Antônio Figueiredo Basto, advogado de Alberto Youssef, negando que seu cliente tenha assinado o acordo.

lo caso da Operação Lava Jato, homologou o primeiro acordo de delação, em favor do réu Luccas Pace Júnior. Ele é acusado da prática de crimes financeiros, de lavagem de dinheiro e associação criminosa. Os detalhes da delação e os benefícios a que o réu teria direito colaborando com as investigações não foram divulgados.

Outras oito pessoas são citadas no processo do qual Pace faz parte, como a doleira Nelma Kodama, a quem ele foi subordinado durante oito anos. Ela é acusada de comandar um esquema de lavagem de dinheiro de mais de US\$ 5 milhões no mercado negro de câmbio por meio de empresas fantasmas. Os demais nomes, segundo o MPF, são de pessoas que operavam o esquema.

O advogado dele, Ricardo Rigotti Alice, afirma que o réu deve identificar autores, auxiliar na localização do dinhei-

ro evadido e na elucidação de provas. "Ele faz uma confissão privilegiada, mais detalhada. Ele também se compromete a não ficar em silêncio e responder ao que for perguntado", diz. Rigotti afirma que o teor do acordo é sigiloso, mas que a negociação existe desde julho. O advogado acredita em uma possível absolvição.

Luccas Pace Junior já está em liberdade e, segundo reportagem do jornal O Globo, deve ter como benefícios cumprir a pena em regime aberto e pagar uma multa de valor menor do que as aplicadas em processos desse tipo. O réu só terá acesso a esses benefícios, porém, se a continuidade das investigações comprovar o que ele delatou.

Outros acordos

O próximo acordo a ser homologado deve ser o depoimento em que o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa cita nomes de políticos favorecidos com propinas no esquema de corrupção investigado na Operação Lava Jato. Por envolver pessoas com foro privilegiado, a homologação terá de ser avaliada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Braço-direito de Youssef, o advogado Carlos Alberto Pereira da Costa, e Ediel Viana da Silva, que atuava como lanterna do doleiro Carlos Habib Chater, apontado pelo MPF como outro comandante do esquema de lavagem de dinheiro, também já teriam firmado acordos de delação premiada com o MPF.

25 SET 2014

GAZETA DO POVO

MPF denuncia Eike por formação de quadrilha

RIO DE JANEIRO
Das Agências

O empresário Eike Batista e mais sete executivos ligados à OGPar (ex-OGX) foram denunciados à Justiça Federal em São Paulo por supostos crimes de formação de quadrilha, falsidade ideológica e indução de investidores a erro, relacionados à divulgação de informações consideradas otimistas sobre o potencial das reservas de petróleo da empresa que, depois, revelaram-se infundadas. Foi a terceira acusação formal feita pelo Ministério Público Federal (MPF) contra Eike nos últimos 13 dias.

A denúncia foi apresentada na terça-feira pela procuradora federal Karen Kahn, do MPF em São Paulo. A procuradora considerou, em sua acusação, o fato de Eike e seus funcionários terem divulgado informações entre 2009 e 2013 que levaram o mercado a concluir pela existência de reservas com elevado volume de petróleo e a acreditar na promessa de forte produção de petróleo.

Ainda de acordo com a investigação, a divulgação ao mercado declarando a viabilidade comercial de três reservas — Tubarão Tigre, Tubarão Gato e Tubarão Areia — em março de 2013 se deu mesmo com os executivos já sabendo que extrair petróleo delas não era lucrativo.

Para Kahn, houve crimes contra o sistema financeiro. A perda estimada para o mercado é de R\$ 14,4 bilhões. As penas podem ir até 14 anos de prisão, no caso de Eike, e 22 anos, nos casos dos executivos, porque eles também foram denunciados por manipulação de mercado.

Sigilo fiscal

No Rio, a Justiça Federal vai determinar a quebra de sigilo fiscal de Eike Batista, afirmou o juiz Flávio Roberto de Souza, titular da 3.ª Vara Criminal. A decisão atende à solicitação do MPF do Rio e da Polícia Federal (PF). O pedido está ligado a um inquérito aberto no mês passado pela PF, que investiga o empresário pelo crime de lavagem de dinheiro.

Segundo o magistrado, o pedido pretende apurar o destino do lucro de R\$ 122 milhões que Eike teria obtido em duas vendas de ações realizadas em 2013. As operações são alvo de investigação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Executivos da Embraer são acusados de suborno

O Ministério Público Federal do Rio de Janeiro (MPF) abriu uma ação criminal contra oito executivos da Embraer. Eles são acusados de subornar autoridades da República Dominicana para garantir a aprovação de um contrato de US\$ 92 milhões para fornecimento de caças Super Tucanos às Forças Armadas do país. O processo contou com ajuda do Departamento de Justiça dos EUA e da Securities and Exchange Commission (SEC, reguladora do mercado financeiro norte-americano). As autoridades norte-americanas forneceram provas às autoridades brasileiras, segundo o pedido de ajuda legal feito pelo MPF.

25 SET 2014

FOLHA DE S. PAULO

Mendes diz que TSE não vive 'bom momento' e critica sua composição

DE BRASÍLIA

O vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Gilmar Mendes, fez críticas à corte nesta quarta (24), um dia depois de o colegiado ter negado o registro de candidatura do deputado Paulo Maluf (PP-SP), que tenta a reeleição.

Segundo Mendes, é "notório" que o tribunal não está "vivendo bom momento" e seria hora de se repensar sua composição, porque a corte parece não estar preparada para "enfrentar pressão".

Apesar de não explicitar o tipo de alteração que sugere, a crítica foi destinada às vagas ocupadas por advogados. Das sete cadeiras do TSE, três são ocupadas por ministros do STF (Supremo Tribunal Federal), duas por ministros do

STJ (Superior Tribunal de Justiça) e duas pela advocacia.

No julgamento de Maluf no TSE, foi justamente a ministra Luciana Lóssio, que ocupa uma cadeira da advocacia, a relatora do processo e a primeira a votar contra Maluf.

Ela foi acompanhada pelo outro integrante da advocacia, ministro Admar Gonzaga, pelo ministro Luiz Fux, do STF, e pela ministra Maria Thereza de Assis, do STJ.

Para Mendes, que foi vencido ao lado do presidente do TSE, Dias Toffoli e de João Otávio Noronha, do STJ, a corte mudou a jurisprudência só para prejudicar Maluf.

Procurado pela **Folha**, Gonzaga disse que não iria polemizar com Mendes. Luciana Lóssio não quis se manifestar. (SEVERINO MOTTA)

Deputado vai recorrer a tribunal eleitoral e, se perder, buscará STF

DE BRASÍLIA

A defesa do deputado Paulo Maluf (PP-SP) deve apresentar até a próxima sexta-feira (24) um recurso contra a decisão do Tribunal Superior Eleitoral que negou seu registro de candidatura com base na Lei da Ficha Limpa.

Enquanto aguarda o julgamento, o deputado poderá seguir normalmente com sua campanha, inclusive com espaço no horário eleitoral.

A expectativa é que na semana que vem, antes da eleição, o TSE analise o recurso. Se o mesmo for negado, restará a Maluf recorrer ao Supremo Tribunal Federal para garantir sua candidatura.

Como a lista dos candidatos que aparecerão nas urnas já foi fechada, Maluf estará no pleito independentemen-

te de decisões da Justiça.

Se no dia da eleição ele ainda não tiver obtido seu registro, seus votos serão considerados nulos. Tal situação cria um imbróglio para a Justiça Eleitoral. Isso porque a lista de eleitos será formada somente com os votos válidos.

Se depois das eleições Maluf obtiver uma vitória no Supremo, seus votos, que inicialmente foram computados como nulos, voltam a valer.

Neste caso, a Justiça terá de refazer seus cálculos para saber quem foi ou não eleito à Câmara dos Deputados.

Quatro ministros do STF ouvidos pela **Folha** disseram esperar uma votação apertada no caso de um eventual recurso do deputado, havendo até mesmo a possibilidade de empate, uma vez que a corte só tem 10 de seus 11 ministros.

25 SET 2014

FOLHA DE S. PAULO

Barbosa sugere a candidatos redução de tarifas telefônicas

O ex-presidente do STF (Supremo Tribunal Federal) Joaquim Barbosa postou, na quarta-feira (24), mensagens no Twitter com sugestão aos candidatos à Presidência da República: de que prometam uma “redução drástica das tarifas” de telefonia.

Segundo Barbosa, nos EUA, na Argentina e na União Europeia há uma tarifa única, nacional, para celulares, evitando a cobrança de ligações interurbanas. “Por que não aqui [no Brasil]? Engodo”, postou o ex-ministro.

No Brasil, a tarifa de ligação interurbana varia conforme a distância entre as cidades e, além disso, os valores podem mudar de uma companhia telefônica para outra.

“Meu sonho: termos dirigentes que saibam o efeito profundo que a educação disseminada e de qualidade tem sobre o desenvolvimento de um país”, escreveu Barbosa.

O ex-ministro, aposentado desde julho deste ano, ainda aproveitou o espaço no Twitter para divulgar que seu nome no perfil que mantém no Facebook é, agora, “Joaquim Gomes” —o nome completo do ex-ministro é Joaquim Benedito Barbosa Gomes.

No último dia 10, Barbosa também havia se manifestado no Twitter conclamando autoridades para reduzir drasticamente a “excrecência chamada propaganda eleitoral”. (SEVERINO MOTTA)

25 SET 2014

FOLHA DE S. PAULO

Lewandowski assina acordos e aposenta desembargadores

DE BRASÍLIA - O presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, que exerce interinamente a Presidência da República, voltou ao Planalto nesta quarta-feira (24) para novos despachos. Ele assinou a aposentadoria de quatro desembargadores e promulgou dois acordos internacionais de transferência de condenados criminalmente com Angola e com os países do Mercosul (Argentina, Venezuela, Uruguai, Paraguai), assinados em 2004 e 2005, e dois acordos internacionais sobre ações culturais.

25 SET 2014

FOLHA DE S. PAULO

Justiça exige quebra de sigilo do WhatsApp por montagens pornô

Facebook, empresa dona do aplicativo, diz não ter os dados para identificar usuários

JOÃO VÍTOR OLIVEIRA
DE SÃO PAULO

A Justiça de São Paulo exigiu, nesta quarta-feira (24), que o Facebook libere a identificação dos indivíduos e o conteúdo de conversas do WhatsApp em que foram compartilhadas fotomontagens pornográficas de uma estudante de engenharia da Universidade Presbiteriana Mackenzie, na capital.

A decisão foi tomada com base no Marco Civil da Internet, em vigor no Brasil desde junho deste ano.

Segundo o Tribunal de Justiça, o Facebook, que comprou o WhatsApp em fevereiro, argumentou que não poderia ceder as informações, uma vez que o processo de aquisição da empresa ainda não foi concluído e os dados

solicitados estariam sob o poder do aplicativo de mensagens, que não tem representação no Brasil.

A ação foi movida pela mãe e advogada da vítima, Adriana Serrano Cavassani. As montagens começaram a ser veiculadas há cerca de dois meses e deixaram a estudante "muito abalada".

"Ela ficou muito mal, não queria mais ir para a faculdade. Muitos jovens que sofrem esse tipo de exposição entram em depressão e até se suicidam. Minha filha está sofrendo os reflexos até hoje."

A mãe da vítima está pedindo uma indenização financeira por danos morais e materiais. Paralelamente, ela conduz um processo criminal por calúnia e difamação.

Colaborou ALEXANDRE ORRICO

25 SET 2014

METRO

TRE. Servidores da Justiça fazem protesto

Servidores da Justiça Federal e Eleitoral fizeram ontem um protesto em frente ao TRE (Tribunal Regional Eleitoral), em Curitiba. O ato foi durante a tarde e bloqueou uma das ruas do entorno da corte.

Os servidores pedem, entre outras coisas, a aprovação do PL 7920/2014, que está tramitando no Congresso Nacional e prevê reajustes para os funcionários. O ato, batizado de "Apagão no Judiciário", é nacional e no Paraná foi organizado pelo Sinjuspar (Sindicato dos Servidores da Justiça Federal).

De acordo com a assessoria de imprensa do TRE, menos de 20 servidores dos mais de 400 que trabalham no local aderiram ao movimento. Também não estão previstos novos atos ou problemas para a realização das eleições.

© METRO CURITIBA

25 SET 2014
TRIBUNA DO PARANÁ

ELEIÇÃO AMEAÇADA?

Protesto de servidores da Justiça Federal pode ter impacto no calendário eleitoral

Giselle Ulbrich
giselleu@tribunadeparana.com.br

Cerca de 300 servidores do Poder Judiciário Federal fizeram uma manifestação na tarde de ontem, em frente ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE), em Curitiba. Os funcionários, que integram as Justiça Eleitoral, Justiça Federal e Justiça do Trabalho, cobram a aprovação do projeto de lei 7.920/2014 criação de um plano de cargos e salários -, que já está no Congresso.

Segundo os servidores, já são oito anos sem reposição da inflação nos salários, somando uma defasagem de cerca de 50% de perdas para os funcionários. Ainda de acordo com os trabalhadores, houve um congelamento dos salários por parte do governo federal, o que seria contra a Constituição Federal.

Em entrevista à Tribuna, o presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário no Paraná (Sinjuspar), Paulo Cezar Silva dos Santos, o objetivo não é cancelar as eleições, marcadas para o próximo dia 5 de outubro. "Não queremos prejudicar as eleições, mas, conforme caminharem as negociações, pode ocorrer um atraso do calendário eleitoral. Porém, essa não é a nossa intenção", disse o dirigente.

25 SET 2014

BEMPARANÁ

Paralisação não afeta serviços do TRE/PR

Servidores da Justiça Federal e Eleitoral prometem cruzar os braços de novo na semana que vem

Narley Resende

Servidores da Justiça Federal e Eleitoral do Paraná fizeram um dia de paralisação ontem em todo o Estado para pedir a criação de uma data base de negociação e definição de política salarial permanente. Apesar do protesto de aproximadamente 100 servidores em frente à sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), em Curitiba, os serviços da Justiça Eleitoral não foram prejudicados, segundo os próprios servidores. Os funcionários decidiram em assembleia, no final da tarde, que haverá nova paralisação de um ou dois dias na semana de véspera das eleições.

Em algumas cidades do Interior do Paraná, como Umuarama (Noroeste) e Ponta Grossa (Campos Gerais), houve paralisação total dos serviços durante a tarde de ontem. Em Curitiba, a Polícia Militar foi chamada pela administração do TRE e os portões da sessão eleitoral foram fechados para evitar a entrada dos manifestantes. Uma porta lateral foi aberta para o público que precisou usar os serviços do fórum e cartório eleitoral. A paralisação foi organizada simultaneamente em todo o país e os servidores federais pedem, além da política salarial, reajuste de 50% em perdas somadas desde 2006, segundo o Sindicato

dos Servidores da Justiça Federal e Eleitoral do Paraná (Sinjuspar). "A ministra Mirian Belchior está com nossa proposta parada no Ministério do Planejamento e não temos nenhuma resposta do Executivo federal", protesta o presidente do Sinjuspar, Paulo Cezar Silva dos Santos.

A principal reivindicação é a aprovação do projeto de lei 7920, que cria um Plano de Carreira para a categoria e recompõe perdas salariais. Em assembleia, ficou definido que a categoria voltaria ao trabalho normalmente até a semana que vem. Os servidores da Justiça Federal e Eleitoral devem combinar a dia da paralisação com os juízes federais que também protestam por defasagem salarial. Os juízes eleitorais não devem aderir no Paraná, já que apenas dois dos membros da corte do TRE recebem da União – os demais são funcionários estaduais. Os magistrados federais já paralisaram as atividades no dia 16 de setembro e houve um ato em Brasília pela recomposição das carreiras. Segundo o presidente do Sinjuspar, as categorias devem se unir na semana que vem para aumentar a pressão sobre o governo federal. "Eles acharam interessante a ideia de fazer uma manifestação conjunta; eles já pretendiam fazer uma paralisação nos dias

29 e 30 (de setembro), já os colegas de São Paulo tem a ideia de fazer nos dias 1º e 2º (de outubro), que é véspera de eleição, então ficamos de definir isso até sexta-feira (26), se vai ser no começo ou no final da semana", afirma.

Devido à manifestação de ontem em Curitiba, a Rua João Parolin, entre a Avenida Marechal Floriano Peixoto e a Rua Conselheiro Laurindo, foi totalmente bloqueada. Apesar da presença da Polícia Militar e a revolta dos servidores em não poderem entrar no prédio do TRE, não houve registro de confusão entre manifestantes e servidores.

BEM PARANÁ

Informações

O Tribunal Regional Eleitoral disponibilizou um número de telefone para que eleitores tirem dúvidas sobre as eleições. A partir de hoje, o eleitor que tiver dúvidas sobre local de votação ou justificativa eleitoral, entre outras, poderá telefonar para a Central de Atendimento ao Eleitor através do número (41) 3072 4840. O plantão funciona de segunda a sexta-feira, das 9 às 19 horas. Neste sábado e domingo, dias 27 e 28 de setembro, o atendimento será das 13 às 17 horas. No final de semana das eleições, funcionará nos seguintes horários: sábado, dia 4, das 9 às 17 horas, e no domingo das eleições, dia 5, das 7 às 17 horas.

Sobe no cavalo

Um vídeo em que supostamente aparece o senador e candidato ao governo do Paraná Roberto Requião caindo do cavalo em uma poça de lama foi retirado do Youtube depois de determinação da Justiça Eleitoral, ontem. As imagens mostram uma montagem em que o personagem que cai do cavalo é semelhante e usa uma roupa de tom parecido com uma foto de Requião que circula na internet. O homem que cai do cavalo é mais baixo do que os quase dois metros de altura do senador, mas passa a ideia de realidade a quem assiste.

Anonimato

O juiz Lourival Pedro Chemim determinou ao Google, responsável pelo Youtube, que o vídeo fosse retirado do ar. Segundo a ação, a montagem é considerada propaganda eleitoral negativa e não é ligada a campanhas de adversários do candidato peemedebista. "O fato é que uma mensagem nova surge da junção desses vídeos, que não existia em muitos deles, se considerados de forma individual. Essa mensagem acrescida pela superposição de imagens constitui mensagem nova, e é sobre a autoria dessa nova mensagem que pesa o vício do anonimato. (...) Pois, não obstante a vedação constitucional ao anonimato, a internet propicia publicações por qualquer pessoa que, usando um nickname, esconde a sua identidade e posta conteúdos contrários à legislação, acreditando estar num território livre, olvidando-se que esse anonimato não é absoluto, vez que por meio do IP (Internet Protocol) pode-se identificar o usuário", reflete o juiz.

Censura

O Google alegou desrespeito à liberdade de expressão e criação e o juiz rebateu o argumento. "O direito à liberdade de expressão não passa pela garantia da ofensa à honra de quem quer que seja. Ademais, tendo a ofensa sido gerada no bojo da campanha eleitoral, é dever desta Justiça Especializada agir para coibi-la", discorde. A multa em caso de descumprimento é de R\$ 10 mil. O vídeo já está indisponível no Youtube, mas ainda corre em perfis pessoais do Facebook.

25 SET 2014

Trânsito

Homicídios culposos caem 14% em 2014

O Paraná registrou queda de 14% no número de homicídios culposos (sem intenção de matar) no trânsito, na comparação entre o primeiro semestre de 2014 em relação ao mesmo período de 2013. Dados da Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) mostram que no primeiro semestre deste ano foram 845 mortes, contra 988 no ano passado.

"As mortes no trânsito geralmente ocorrem devido a condutas negligentes, imprudentes ou imperitas dos motoristas. São acidentes fatais que poderiam ser evitados com respeito e atenção", ressalta o diretor-geral do Detran, Marcos Traad.

De acordo com delegado da Delegacia de Delitos de Trânsito, Vinicius Augustus de Carvalho, existem algumas posturas que são mais frequentes no trânsito e acabam resultando em mortes. "O excesso de velocidade, embriaguez, falta de atenção são os fatores mais comuns. O crime, portanto, pode ocorrer em vias públicas ou privadas, bastando que seja praticado em um veículo automotor".

25 SET 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Cerimônia coletiva na Baixada será 7 de dezembro



Estão abertas as inscrições para o casamento coletivo que será realizado no dia 7 de dezembro, no estádio Arena da Baixada, que será oficializado pela desembargadora Joeci Machado Camargo. São esperados cerca de mil casais, moradores em Curitiba e outros nove municípios da região metropolitana, que pela primeira vez participam desta celebração.

A promoção é do programa Justiça no Bairro do Tribunal de Justiça, Prefeitura de Curitiba e Serviço Social da Indústria (Sesi). Não haverá limite de convidados, podendo chegar a 15 mil o número de pessoas que prestigiarão o evento, entre padrinhos, madrinhas e convidados dos noivos. ■

Notas políticas

Novos juízes

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) empossou nesta terça-feira (23) dois novos juízes substitutos. A Cerimônia foi realizada na sala de Atos da Presidência e foi conduzida pelo presidente do TJ, desembargador Guilherme Luiz Gomes. Igor Padovani de Campos e Chélida Roberta Soterroni iniciam a carreira no magistrado depois de serem aprovados em concurso público.

Dúvidas sobre eleições

O Tribunal Regional Eleitoral disponibilizou um número de telefone para que eleitores tirem dúvidas sobre as eleições. A partir desta quinta-feira (25), o eleitor que tiver dúvidas sobre local de votação, justificativa eleitoral, entre outras, poderá telefonar para a Central de Atendimento ao Eleitor através do número 41-3072 4840.

Greve na Justiça Eleitoral

Servidores da Justiça Federal e Eleitoral do Paraná fazem um dia de paralisação na tarde desta quinta-feira (24) em todo o Estado para pedir a criação de uma data-base de negociação e definição de política salarial permanente. Apesar do protesto de aproximadamente 100 servidores em frente à sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), em Curitiba, os serviços da Justiça Eleitoral não foram prejudicados, segundo os próprios servidores.

Homicídios culposos no trânsito caem 14%

Nesta quinta-feira, 25, Dia Nacional do Trânsito, o Departamento de Trânsito do Paraná (Detran) apresenta o quadro de Homicídios culposos no trânsito no Estado, a fim de reforçar as ações de prevenção de acidentes nas ruas e estradas paranaenses. Da-

dos da Secretaria de Estado da Segurança Pública mostram que no primeiro semestre deste ano foram 845 mortes, contra 988 no ano passado.

O Paraná registrou queda de 14% no número de homicídios culposos (sem intenção de matar) no trân-

sito, na comparação entre o primeiro semestre de 2014 em relação ao mesmo período de 2013. Dados da Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) mostram que no primeiro semestre deste ano foram 845 mortes, contra 988 no ano passado. ■

25 SET 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Lewandowski assina acordos internacionais

No segundo dia em que compareceu ao Palácio do Planalto como presidente da República em exercício, Ricardo Lewandowski assinou acordos internacionais e a aposentadoria de quatro magistrados.

Lewandowski esteve no Planalto por pouco mais de uma hora. Ele promulgou um acordo que vai

possibilitar a transferência de condenados para seus países de origem, no âmbito do Mercosul. O objetivo é fazer com que os detentos fiquem perto da família, facilitando sua ressocialização.

Dois atos de cooperação foram assinados, um com a Ucrânia e outro com o Kuwait. Ontem,

o presidente se reuniu com o embaixador do Kuwait no Brasil no STF. Os acordos promulgados permitem o intercâmbio cultural em áreas como literatura, artes cênicas, artes visuais, música, cinema, bibliotecas e museus.

Para isso, será facilitada a entrada e permanência de atores culturais. ●

Gilmar Mendes critica decisão sobre candidatura de Maluf

O vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Gilmar Mendes, criticou nesta quarta-feira (24) a decisão da Corte que manteve indeferida a candidatura de Paulo Maluf (PP) para deputado federal com base na Lei da Ficha Limpa, que impede o registro de candidatos condenados pela segunda instância da Justiça. Segundo o ministro, falta preparo do tribunal para enfrentar pressões.

Ao criticar a decisão, o ministro também sugeriu a mudança na composição do TSE, formado por dois ministros oriundos da advocacia, dois do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e três do Supremo Tribunal



Nelson Jr./STF

Ministro Gilmar Mendes diz que falta preparo do tribunal

Federal (STF).

“Um tribunal que se propõe a criar jurisprudência a partir de capa de processo não se qualifica. Na verdade, nós estamos diante de uma lei ruim, malfeita. Nós precisamos melhorar muito, porque corremos o risco de uma desmoralização”, disse. ●



25 SET 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Tribunal mantém bloqueados bens de ex-prefeito

● O deputado Paulo Maluf (PP-SP) sofreu outro revés na Justiça. Réu em ação de improbidade por suposto desvio de US\$ 344 milhões do Tesouro e remessa de valores para paraísos fiscais quando foi prefeito de São Paulo, ele requereu ao Tribunal de Justiça a liberação de seu patrimônio, bloqueado desde 2004 por ordem da 4ª Vara da Fazenda. Maluf alegou "ofensa aos princípios constitucionais" porque a medida vigora há dez anos. O desembargador Osvaldo Magalhães decidiu que "ainda subsistem os motivos (*do bloqueio*) como medida de interesse público". Ao se opor à pretensão de Maluf, o promotor Silvio Marques alertou que o desbloqueio "seria uma zombaria a todo cidadão honesto".